

CANCUN: palco da luta por direitos e cidadania

Esta semana (10 a 14 de setembro), acontece em Cancun, no México, a V Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Do ponto de vista dos governos, a reunião será marcada por impasses nas negociações. Para EUA e União Européia interessa a abertura de mercado para seus produtos não agrícolas. Mas, as demandas dos países em desenvolvimento, como o Brasil, Argentina, Índia, China, África do Sul, México e outros agrupados no G-20 (grupo dos 20) condicionam uma maior abertura de seus mercados a mudanças nas políticas agrícolas dos países ricos, de modo a facilitar a exportação de produtores agrícolas industriais dos demais países.

Do ponto de vista da sociedade civil, a agenda de Cancun é outra - e muito mais larga: demanda-se que as regras de comércio subordinem-se à lógica dos direitos humanos, econômicos e sociais; e que novos sistemas de exercício de poder nas organizações multilaterais tenha o desenvolvimento humano sustentável e a economia solidária como princípios orientadores. Em todo o mundo, os movimentos sociais defendem o direito de acesso a medicamentos e "um mundo livre de produtos transgênicos", contrariando interesses da indústria multinacional farmacêutica e do setor de agronegócios, respectivamente.

A sociedade civil organizada também faz resistência à entrada de "novos temas" nos acordos da poderosa OMC, porque significaria subordinar os serviços de saúde e educação aos interesses do comércio internacional.

Para a sociedade civil, a prioridade é defender a existência dos serviços públicos e gratuitos de qualidade como direitos de cidadania contra o avanço da mercantilização, que garante acesso somente a quem pode pagar, aumentando injustiças. Tudo isso está em debate a partir de hoje (9), no Fórum dos Povos por Alternativas à OMC, espaço paralelo à reunião ministerial, que congregará delegações de movimentos sociais de todo o planeta. Redes feministas debatem os direitos das mulheres nos acordos comerciais, ou a ausência deles, num fórum próprio, realizado ontem (8) e hoje (9). Veja mais na seção CONtextos.

O tema do comércio internacional também marcou o 7 de setembro, durante o Grito de Excluídas/os, através do slogan: "Vacine-se contra a ALCA". Paralelamente, mais entidades passaram a apoiar a Declaração Não aos Novos Temas (AE 56), resultante do Seminário Latino-americano de Propriedade Intelectual e acesso a medicamentos (agosto). Até o fechamento desta edição, registravam-se assinaturas de 77 organizações.

AGENDA GLOBAL CONTRA O LIVRE COMÉRCIO

HOJE, 9 de setembro, é o dia de ação das Mulheres contra a OMC. A proposta é realizar ações para dizer não à tirania do livre comércio em todo o mundo e também em Cancun.

MOBILIZE-SE para o dia 13 de setembro: nesta data, estão marcadas manifestações e marcha de todos os movimentos contra a globalização neoliberal e a guerra.

FSM 2004

-feministas em preparação

Reunidas em Montevidéu, no início de agosto, redes e articulações feministas de vários países discutiram sobre a participação das mulheres nos debates do próximo Fórum Social Mundial (Índia, 2004). O informe é de Guacira César de Oliveira, divulgado em artigo publicado no jornal Fêmea 127 (CFEMEA). Outro resultado da reunião em Montevidéu (chamada de "metafórum") foi a definição da continuidade da Campanha contra os Fundamentalismos, adaptada ao contexto indiano.

Participaram do metafórum as redes: Católicas pelo Direito de Decidir, REPEM/DAWN, Mulheres Vivendo sob Leis Muçulmanas, AMB, Comissão Internacional de Direitos Humanos para Gays e Lésbicas, Rede Mulher e Saúde da América Latina e Caribe, Coalizão Jovem, Comissão Nacional de Seguimento de Cairo e Beijing (Uruguai), Mulheres do Paraguai, Rede Mulher e Habitat, Campanha Regional 28 de Setembro, além de representante da Rede Nacional de Organizações Autônomas de Mulheres da Índia. Leia mais no site www.cfemea.org.br

Rumo ao 14º ENF

Feminismo a partir da vida de cada feminista

Integrante da comissão organizadora do Encontro Feminista realizado em Caldas Novas (GO), a feminista Rurany Silva guarda na memória o encontro realizado em Bertioga (SP): "no primeiro encontro somos marcadas pela liberdade de expressão do evento, pela autonomia das mulheres, pelo que é tratado nas oficinas". Para Rurany, os encontros são importantes para o movimento feminista e para o movimento de mulheres sendo como são: sem o compromisso com uma tomada de decisão numa plenária final, tal como acontecem em congressos.

Tendo participado dos últimos quatro ENFs, Rurany não acredita na existência de uma crise restrita aos encontros. Para ela, a crise se reflete nos encontros. Além das redes e articulações de mulheres que trabalham questões específicas das mulheres, o que acontece atualmente é resultado de uma crescente presença de ativistas políticas no ENF, diz Rurany. As mulheres de partidos e ligadas a sindicatos estão inseridas em uma cultura de votação de propostas, mas a principal característica dos ENFs é a da troca entre os participantes. Portanto, a crise não está no espaço do encontro, mas na proposta política que foi sendo construída ao longo do tempo para o evento, conclui. Essa "crise" nasceu a partir de diferentes posturas de correntes políticas e de diferentes expectativas sobre o encontro.

Rurany lamenta a pouca circulação de informes sobre o 14 ENF e espera que o encontro permita que cada participante (e o conjunto) possa refletir sobre o feminismo a partir de sua própria vida e de sua atuação política: que faça cada uma pensar sobre como se porta em relação à saúde, ao corpo, ao poder, como lida com o dinheiro. Por essas e outras questões e pela metodologia do ENF passam o pensamento feminista, diz Rurany. Isso é mais do que a teoria que buscamos num seminário: é uma mudança de postura a partir de um confronto com as questões propostas pelo feminismo, e que ajudam a mudar a própria vida, conclui.

Relatórios Fóruns PPA

Já estão no site da Inter-Redes (www.inter-redes.org.br), seção "biblioteca", os relatórios dos fóruns de participação social no PPA 2004-2007.

Mais detalhes com: Michelle Prazeres (secretaria da Inter-Redes): inter-redes@uol.com.br / Fone (11) 3237-2122 R: 216

Campanha 28 de setembro

Aborto não deve ser crime

O 28 de setembro, Dia de luta pela descriminalização do Aborto, terá como lema este ano: *Aborto não deve ser crime: nenhuma mulher deve ser presa, ficar doente ou morrer por abortar.*

No Brasil, Gilberta Soares, ponto focal da Campanha 28 de setembro, está mobilizando para ações articuladas entre organizações de mulheres e buscando apoiar as ações dos fóruns de mulheres, tanto para divulgação da campanha, como para mobilizações de rua. Contatos: (83) 2227069 ou cunha.cf@uol.com.br.

A Campanha 28 de Setembro é uma atividade do movimento de mulheres latino-americano e caribenho, de luta pelo direito ao aborto no marco da democracia e dos direitos humanos.

Desde 1993, quando se estabeleceu uma instância coordenadora, a Campanha esteve a cargo de importantes organizações de defesa dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos: Católicas/Uruguai (93-94), Gire/México (94-97), Cidem/Bolívia (97-99) e Rede Feminista de Saúde/Brasil (2000-2002). Atualmente é coordenada pelo Centro Flora Tristán (Peru) e conta com 21 pontos focais, em diversos países da América Latina e do Caribe (extraído de www.campanha28set.org).

Posse do novo CNDM

Tomou posse em 27 de agosto passado o novo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Presidido pela ministra Emília Fernandes (Políticas para as Mulheres), o CNDM tem mais onze integrantes (ministros e secretários especiais) do governo. Representam a AMB: Schuma Schumacher (titular) e Analba Brazão (suplente).

Prestigiada por várias representantes da sociedade civil e do governo, a cerimônia de posse das/os conselheiras/os propiciou um resgate da história de 18 anos do CNDM. Em seu discurso, o presidente Lula, falando da Marcha das Margaridas, realizada no dia anterior, ressaltou a luta das mulheres brasileiras. Em meio aos discursos de outras autoridades, a apresentação do grupo de teatro Loucas de Pedra Lilás levou uma mensagem feminista, ressaltando tanto a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (e a Plataforma Política Feminista, que tinham nas mãos enquanto se apresentavam), como proposições feministas, entre as quais, a descriminalização do aborto. (Veja sobre CNDM na seção CONtextos).

Mulher e Poder: Abertos os debates eleitorais de 2004

Este mês, dois seminários discutem a participação das mulheres nas próximas eleições. Dia 4 aconteceu o primeiro, em Brasília, com o tema: Mulher, Política e Poder no Brasil. O evento reuniu representantes da bancada feminina do Congresso Nacional, que ressaltaram a necessidade de repensar a lei de cotas em vários âmbitos, inclusive nos partidos, onde não está sendo cumprida a legislação neste aspecto, em vários momentos (30% de candidatas mulheres em cada pleito).

Segundo Lisieux Amado (Fórum de Mulheres do DF), que representou a AMB no evento, um dos destaques do seminário foi o lançamento da campanha nacional "Mulheres no Poder - agora é pra valer", pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A ministra Emília Fernandes frisou que o objetivo é mobilizar a sociedade para um amplo debate sobre a lei de cotas.

Voltado também para a participação das mulheres, será promovido de 22 a 24 de setembro o II Seminário Internacional: "Vozes Essenciais na Política, a Participação das Mulheres", promovido pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe de Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), juntamente com o Conselho Estadual da Condição Feminina/SP, o Consulado Geral dos EUA (São Paulo) e a organização Elas por Elas na Política.

Segundo nota divulgada, a idéia do seminário é iniciar um projeto de capacitação para mulheres que planejam candidatar-se a cargos eletivos, ativistas, militantes de partidos políticos ou que trabalham em campanhas políticas ou que estejam envolvidas em cargos públicos. Mais informações: Valéria Pandjarian (lela.alp@zaz.com.br)

Publicidade discriminatória

Sairá da audiência realizada a ser realizada hoje (9), na Promotoria de Justiça do Consumidor, um importante desdobramento da mobilização organizada pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem-Brasil).

A ação conta com o apoio de 105 organizações feministas e do movimento de mulheres, e tem por objetivo a reparação de danos morais provocados por publicidade discriminatória patrocinada pela Kaiser. Informações: Valéria Pandjarian violencia@cladem.org

Marta Guarani (Kunha Gevy)

Faleceu no último sábado (6), a mais importante líder indígena de Mato Grosso do Sul, Marta Guarani (Marta Silva Vito), aos 62 anos. Ao nascer, na aldeia Jaguapirú, foi chamada Kunha Gevy ("uma nova mulher").

Marta atuou pela organização e a união dos grupos indígenas, dentro de suas terras e nas lutas pela demarcação.

Articulou-se com organizações ligadas aos Direitos Humanos e Ambientais, à luta pela Reforma Agrária e participou ativamente do movimento de mulheres, tendo integrado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e liderado a representação de mulheres indígenas de Mato Grosso do Sul na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (junho, 2002), onde foi aprovada a Plataforma Política Feminista. (Extraído de informe de Yuri Matsunaka e Maria Helena Brancher).

CONtextos

Anexamos nesta edição as posições de redes feministas, no contexto de debate sobre comércio internacional, às vésperas da V Reunião Ministerial da OMC.

Confira nos arquivos o posicionamento da Rede Internacional de Gênero e Comércio, da Red Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía (REMTE) e da Marcha Mundial de Mulheres. Incluímos ainda um calendário de eventos em Cancun, onde chamamos a atenção para o Fórum "Os direitos das Mulheres nos acordos comerciais".

Um quinto arquivo traz a composição do novo CNDM.